

A partir das 20h dessa quinta, 18, live atualiza informações sobre ACT 2024/2025 da Ebserh

Na live sobre o ACT 2024/2025 dos empregados e empregadas da Ebserh desta quinta, 18, estarão em destaque as Pautas Econômicas, a atualização de Pautas Sociais, atos nacionais dos dias 10 e 11/04 e novas mobilizações.

Na última rodada de negociações do ACT, a Ebserh informou que apresentaria uma proposta de índice de 14,07%, mas a Sest não deu retorno sobre o percentual apresentado.

Na semana passada a categoria realizou um dia de luta para trabalhadoras e trabalhadores da Ebserh em todo o Brasil.

Em diversos estados houve panfletagem e protesto nos HU's. A palavra de ordem #índicejá foi replicada pelos trabalhadores que esperam uma resposta rápida da empresa capaz de garantir o consenso para o fechamento do acordo coletivo.

Quem acompanha a live ao vivo, a partir das 20h, pode deixar comentários e dúvidas no chat. Não perca. Compartilhe.

Fonte: Condsef

Confira os programas de pós-graduação da UFMA que estão com inscrições abertas

A Universidade Federal do Maranhão, por meio da Agência de Inovação, Empreendedorismo, Pesquisa, Pós-Graduação e Internacionalização (AGEUFMA), possui atualmente sete editais com inscrições abertas para programas de pós-graduação.

Entre os cursos com inscrições abertas, seis são de categoria stricto sensu e um de categoria lato sensu. As pós-graduações lato sensu compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (Master Business Administration). Com duração mínima de

360 horas, ao final do curso o aluno obterá certificado. Ademais, são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino. Já as pós-graduações stricto sensu compreendem programas de mestrado e doutorado abertos a candidatos diplomados em cursos superiores de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino e ao edital de seleção dos alunos. Ao final do curso o estudante obterá diploma.

Além de vagas em ampla concorrência, todos os editais

ofertados possuem ações afirmativas, reservando vagas para pessoas com deficiência (PcD); pessoas negras (pretas e pardas); pessoas indígenas; pessoas quilombolas; pessoas trans; e pessoas em situação de baixa renda. Existem também vagas reservadas para Política de Qualificação de Servidores(as) Técnicos(as) Administrativos(as) em Educação efetivos(as) ativos(as) da UFMA.

Mais informações sobre os cursos no site da UFMA - portal-padroa.ufma.br.

Fonte: UFMA



Ou regulamos a internet, ou a internet vai nos governar

Beth Veloso – Jornalista

A Câmara dos Deputados anunciou que vai retomar a discussão sobre o PL 2630, de 2020, sobre a regulação das plataformas digitais. Nos últimos dias, um intenso debate tomou conta das redes sociais entre os que defendem e os que rejeitam a ideia de controlar os conteúdos que circulam na rede, na esteira do debate entre o STF e o Elon Musk.

São muitas opiniões, mas na verdade pouca gente sabe de fato o que está falando e entende exatamente o que está por trás dessa discussão.

A antropóloga Letícia Cesarino diz que um dos fenômenos da internet é que todo mundo virou especialista e que o termo autoridade se tornou extremamente relativizado no mundo online.

Porém, opiniões à parte, nada substituiu um estudo sério sobre o assunto, de quem realmente leu, pesquisou, coletou e comparou dados para entender por que as redes sociais são acusadas de estarem fora da lei.

Para discutir se isso é verdade, eu corri atrás da Pietra Vaz, uma jovem escritora e experiente pesquisadora, que escreveu um livro sobre o também jovem tema da regulação da internet.

E a minha primeira questão foi: por que escrever um livro que discute o que é discutido na internet?

Olhando de fora, regular as plataformas digitais para ser um desafio como outro qualquer, como discutir se vamos ou não aceitar jogos de azar no Brasil ou se vamos aprovar uma nova data no calendário comemorativo. No entanto, essas plataformas estão em todas as áreas e, além disso,



elas armazenam os nossos dados, da saúde do SUS até os e-mails das nossas universidades federais, num processo lento de ocupação dos mais diversos setores da economia. Ou seja, a isso chamamos plataformação. A pergunta é: por que é importante discutir o que conteúdo que circula nas redes e porque ele é uma forma de poder?

Já somos mais de 5 bilhões de pessoas ao redor do mundo que estão penduradas nessas plataformas ou redes sociais, alimentando diariamente sua história e suas vidas com postagens e interação de todos os tipos. Eu arrisco dizer que o tempo dedicado online é maior do que o tempo que levamos para viver, dormir, comer. Nosso avatar digital, ou gêmeo digital, como diz Lúcia Santaella, pode ter mais vida do que nossa existência física, e essas camadas trazem implicações ainda imprevisíveis sobre a vida no planeta e as relações entre as pessoas, nos ensina Pietra Vaz.

Pegando como gancho essa disputa de discurso, onde é que mora a verdade, quando a gente contrapõe esses conceitos abstratos de liberdade de expressão e de censura? Como sair desse impasse em que as versões predominam mais do que os fatos em si, a chamada pós-verdade?

Eu acredito que existe uma âncora para gente navegar neste mar de incertezas e de dúvidas. Como saber o que é verdade e que

não é verdade? Talvez, se a gente ajustar para o que é permitido e o que não é permitido, a interpretação fica mais fácil, não acha? Por exemplo, muito do que a gente vê na rede não tem nada a ver com liberdade de expressão. Tem a ver com crime. É crime mesmo, dos mais banais, como ofensa, até os mais intoleráveis, como apologia à violência ou atentado à vida.

Então, será que liberdade de expressão tem sido usado como um escudo para se ferir as leis brasileiras, e por isso a gente precisa discutir como regular essas mídias, com base nas nossas leis e nossos costumes, como nos ensina Pietra Vaz?

Como essas plataformas digitais são estrangeiras, a maior parte dos Estados Unidos, esse conceito de soberania atualmente também está um pouco relativo. O que parece inevitável é que essa regulação aconteça, caso contrário, as leis do país terão que ser alteradas para se adaptar às regras mais liberais da internet. A coexistência de uma mídia com salvo conduto para descumprir as leis brasileiras, como a calúnia, ofensa e difamação, que acontece por meio de desinformação e notícias falsas, não me parece ser um cenário compatível com a democracia.

Fonte: Congresso em Foco
[Leia artigo completo](#)